

O saque na pesquisa gaúcha

Saiba como o governo gaúcho descumpre a Constituição Estadual e aplica um golpe histórico ao não repassar 1,5% do orçamento líquido do Tesouro para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs).



DUPLA FACE

Paulo Paim e Yeda Crusius analisam a necessidade de uma CPI para investigar a venda de votos na votação da emenda da reeleição

Pág. 4

CURSOS NOTURNOS

A falta de opções da Ufrgs pode estar criando uma elite econômica ao dificultar a vida do aluno que precisa estudar e trabalhar ao mesmo tempo

Pág. 8

QUESTÃO AGRÁRIA

Tentativa de mudança dos índices que medem o grau de produtividade das terras brasileiras vem à tona e provoca reação de empresários rurais

Pág. 9

ENTREVISTA

Os laços de solidariedade se deterioram ao compasso dos avanços tecnológicos. E o trabalho se firma como expressão única do individualismo

Pág. 12

Ciência e Tecnologia, a filha enjeitada

Os recursos para Ciência e Tecnologia nunca foram muito abundantes em nosso país, impedindo o desenvolvimento desse setor aos níveis adequados e fazendo com que o Brasil se situasse em posição inferior ao desejável perante a comunidade internacional, para não dizer, perante as necessidades de sua própria população.

No Rio Grande do Sul, em que pese a dificuldade de recursos, sempre houve uma preocupação com o setor de Ciência e Tecnologia, independentemente da Universidade, fazendo com que o nosso Estado sempre se destacasse, graças ao trabalho realizado em nossos institutos de pesquisa, nos diversos campos da agricultura e da pecuária. Em função desta atividade, alcançamos posições privilegiadas nos setores de arroz irrigado, triticultura, soja, viníferas, gado de corte e leiteiro, etc., onde possuímos destaque nacional e até internacional. Na última Constituinte Estadual, em 1989, um trabalho articulado das várias lideranças do setor, conseguiu incluir em nossa legislação maior um dispositivo obrigando ao repasse de 1,5% da receita líquida da arrecadação de impostos do Estado para a Ciência e Tecnologia, o que permitiria um incremento bastante acentuado para o atendimento das necessidades da área. Esta iniciativa, articulada nacionalmente pela Andes e SBPC, contribuiria para descentralizar as atividades do setor, dotando os Estados de uma infra-estrutura mínima, pois, como se sabe, o eixo Rio - São Paulo consome cerca de 80% dos recursos das agências nacionais de financiamento. Estes recursos também serviriam para "ressuscitar" os nossos institutos de pesquisa, hoje quase morrendo à míngua.

Para nossa surpresa, porém, o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, primeira autoridade de quem se espera zelo na alocação desses recursos, revelou, durante jantar comemorativo à posse do novo presidente da FAPERGS, ter feito um acordo com seu colega da Fazenda, ainda na fase preparatória do atual governo do Estado, para um repasse "um pouquinho menor" das verbas para Ciência e Tecnologia. Sabe-se agora que este "pouquinho menor" não chega nem à metade do que deveria ser. Com a sua ingenuidade, o senhor Secretário nem se deu conta de que está incurso em crime de responsabilidade, pelo que será cobrado devidamente no momento oportuno, para que tenha maior respeito, senão para com a Ciência e Tecnologia, pelo menos para com a Constituição Estadual.

Finalmente, é de se lamentar a posição das próprias lideranças da comunidade científica rio-grandense. Sua atitude de omissão, até agora, parece revelar a posição de quem se julga não ter direitos, contentando-se, portanto, com qualquer "pouquinho" que venha a ganhar.

ad nauseam



Arte no limbo I

Porto Alegre - A Adufrgs enviou ofício a todas as associações de professores que integram o Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte (GTCA) da ANDES-Sindicato Nacional. No documento, a entidade expressa preocupação com os rumos tomados pelo GTCA, que tem se mostrado ineficiente em recuperar a memória da produção sobre arte por parte do movimento docente. A iniciativa de recuperação da memória sobre a área partiu de reunião do GTCA realizada em Salvador, ainda no mês de abril. O professor Cirio Simom, que participou da reunião representando a Adufrgs, avalia que as decisões tomadas pelo grupo de trabalho são efêmeras e pontuais, pois "as decisões e atas de reuniões do GTCA não são devidamente consideradas pela diretoria do sindicato nacional". Face a isso, a Adufrgs decidiu não mais participar do GTCA.

Arte no limbo II

Porto Alegre - Em resposta, a coordenação do GTCA da ANDES-Sindicato Nacional enviou documento respondendo, tópico por tópico, a todas as considerações feitas pela Adufrgs. Quanto à decisão da Adufrgs de se retirar do GTCA, devido aos problemas existentes, a coordenação entende "que é um ato consubstanciado na autonomia que lhe é conferida". E ponto final.

Representação

Porto Alegre - No dia três de junho, o professor Renato de Oliveira embarcou com destino a Brasília para entregar ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, representação contra o ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza. A medida deve-se ao atraso no pagamento de precatórios referentes a 1996, conforme decisão de assembléia dos professores da Ufrgs realizada no dia 8 de janeiro de 97. Maiores informações no próximo Adverso.

Os Filhos do Governo

Porto Alegre - Roberto da Silva, autor do livro "Os filhos do governo", tese de mestrado defendida na USP, chega em Porto Alegre no dia 15 de junho. No dia 16, durante a manhã e a tarde, o escritor ficará a disposição dos Conselhos Tutelares. À noite, ele fará uma palestra no Plenarinho da Assembléia Legislativa, às 19 horas, com a participação do Deputado Estadual do PT Marcos Rolim e do Presidente da Adufrgs Renato de Oliveira.

CARTAS

Êxodo de professores

A respeito da matéria *O último que sair, apague a luz*, publicada no número 14 do jornal ADVERSO, de nossa Associação, na qual é veiculada a informação de que existem 400 cargos docentes não preenchidos na UFRGS, venho informar o que segue:

A UFRGS tem um módulo de lotação do quadro de professores do 3º grau que totaliza 2.455 cargos (mais 170 de docentes de 1º e 2º graus), que encontram-se efetivamente ocupados (isto é, estão preenchidos por professores aprovados em concursos e integrados, em caráter permanente ao nosso quadro docente) ou vagos, por efeito de recentes aposentadorias, exonerações ou falecimentos. A grande maioria destes não está em aberto, como cita a referida matéria, sugerindo que constituem-se como capacidade docente não aproveitada. São cargos que estão ocupados por professores substitutos e, na grande maioria, com pedido de abertura de concursos encaminhado, muitos já em andamento.

O grande número de aposentadorias ocorridas na Universidade, nos últimos anos, tem gerado a correspondente vacância de cargos, cujo processo de provimento efetivo não é imediato, já que depende da realização de concursos. Para atender os encargos já assumidos pelos respectivos departamentos, e em caráter emergencial, são contratados professores substitutos, o que não caracteriza a ocupação efetiva (provimento) do cargo.

Esta situação não é contraditória com a demanda de novos cargos docentes, que visam a atender a expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão que tem se verificado nos últimos anos na Universidade.

Solicito a veiculação destes esclarecimentos, a fim de que não haja prejuízos à imagem de nossa Universidade, na qual, pelo título da matéria citada, parece conviver uma injustificada demanda pelo aumento de nosso corpo docente com o não-aproveitamento do efetivo de cargos com que contamos. (Profª. Lorena Holzmann da Silva - Pró-Reitora de Graduação)

ADVERSO responde: A reportagem teve a intenção de mostrar que existe um êxodo de professores provocado pela insegurança que abala o serviço público. Conforme dados fornecidos pelo Núcleo de Informática da Prorhesc no dia 12 de maio, existem 410 cargos desocupados na Ufrgs e 2.634 no quadro geral. Por orientação da própria pró-reitora, que não dispunha destes números quando foi entrevistada, Adverso foi buscar as informações no departamento citado. Se existem professores substitutos cobrindo as vagas abertas ou concursos em andamento, isto não influi no fato de que, oficialmente, mais de 400 cargos de docentes da Ufrgs estão vagos.

ADufrgs

DIRETORIA

Presidente: Renato de Oliveira; **1º Vice-Presidente:** Carlos Schmidt; **2º Vice-Presidente:** Lúcio Hagemann; **1º Secretário:** Eloína Prati dos Santos; **2º Secretário:** Jorge Ducati; **1º Tesoureiro:** Mário Brauner; **2º Tesoureiro:** João Vicente Silva Souza; **1º Suplente:** Benedito Tadeu César; **2º Suplente:** Ricardo Jacobi.

Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Seção Sindical da ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS.
CEP: 90050-120 Tel: (051) 226.27.19 e 316.34.95 FAX: (051) 226.1860
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

ADVERSO

Publicação quinzenal da Adufrgs
Tiragem: 3.500 exemplares
Edição: Silvanio Mariani (MT/7481)
Reportagem: James Görden
Estagiárias: Adriene Trinca e
Fabrícia Osanai
Impressão: Grande Sul



A causa do Timor Leste

Renato Simões

Coordenador de grupo de trabalho sobre Timor Leste

Pergunta - Só a partir da concessão do Prêmio Nobel a dois defensores da causa timorense é que o tema passou a ocupar as manchetes internacionais. Quais seriam os interesses dos países que, capitaneados pelos EUA, repentinamente passaram a defender a democracia naquela região?

Resposta - Na verdade, ainda é tímida a postura da comunidade internacional frente à autodeterminação do Timor Leste, mesmo após a concessão do Prêmio Nobel da Paz a Ramos Horta e Ximenez Belo. A rigor, a questão do Timor Leste se transformou numa causa nacional de Portugal e outros países de língua portuguesa, à exceção do Brasil. É bom lembrarmos que a diplomacia brasileira tem sido extremamente reticente em colocar a questão do Timor Leste como central nos esforços do Brasil junto aos EUA e às Nações Unidas. O presidente FHC só mencionou, pela primeira vez, apoio à causa timorense na sua visita a Portugal, no ano passado, numa complementação oral ao discurso oficial lido na oportunidade, que não previa esta menção. Quando visitado no Brasil por Ramos Horta, já Prêmio Nobel da Paz, FHC disse querer ser um embaixador "discreto" da causa timorense - e bem discreta vem sendo a sua atuação. Nos EUA, embora o governo democrata de Clinton tenha ensaiado alguns poucos e limitados movimentos em defesa de uma saída negociada para a crise do Timor Leste, esta bandeira ainda continua sendo empunhada mais firmemente pela oposição democrata de centro-esquerda. Portanto, ainda é cedo para que possamos caracterizar uma mudança fundamental de atitude da comunidade internacional diante do Timor Leste.

P - Por que a comunidade internacional agiu de forma diferenciada em relação a duas invasões: a do Kuwait pelo Iraque e a do Timor Leste, em 1975, pela Indonésia?

R - Não é a primeira vez que o imperialismo diferencia seu posicionamento diante de resoluções das Nações Unidas sobre ataques à autodeterminação de povos atingidos por outras Nações ou potências regionais. Basta lembrarmos como ficou letra morta, durante todo o período da Guerra fria, a resolução da ONU sobre o direito do povo palestino à sua Pátria. No caso do Kuwait, a invasão pelo Iraque comprometia diretamente os interesses norte-americanos sobre as reservas petrolíferas daquele país, criada justamente para ser um enclave pró-americano no Oriente Médio. A mobilização mundial contra o Iraque, comandada pelo Estados Unidos, não teve, pois, nenhum objetivo humanitário. No caso do Timor Leste, é importante destacar que a política norte-americana para a região nunca confrontou-se com o regime ditatorial de Suharto. Pelo contrário, o parceiro principal dos EUA na região - a Austrália - sempre fez vistas grossas à barbárie no Timor Leste e manteve relações econômicas estáveis com a Indonésia. Assim, não é de se estranhar que os EUA, durante todo o período em que perdura a crise timorense, nunca tenham jogado papel preponderante para o respeito aos direitos humanos e à autonomia do povo timorense.

P - Quais são os passos a seguir para a autonomia de Timor Leste?

R - A resistência timorense tem defendido a necessidade de uma série de medidas que permita a livre expressão do povo sobre a autonomia. Entre elas, destaca-se a anistia aos presos políticos, entre eles o principal líder da resistência, Xanana Gusmão, o livre funcionamento dos partidos políticos e a convocação de um plebiscito, cuja lisura deve ser atestada por observadores internacionais independentes, com a participação de todos os cidadãos timorenses. Para tanto, o que se cobra neste momento é o pleno cumprimento das resoluções das Nações Unidas, no âmbito diplomático, e o aumento da pressão social (sindical, estudantil, partidária, parlamentar, jornalística...) nos diversos países que têm peso político e social para isolar o regime ditatorial, como é o caso do Brasil.



Adolescência sem limites

Marta Suplicy

Deputada Federal - PT/SP

Pergunta - Por que jovens que têm boa estrutura familiar, comem e vestem-se bem, têm amigos e freqüentam a escola, se comportam selvagememente como no caso do assassinato do índio pataxó, em Brasília?

Resposta - A brutalidade do comportamento desses jovens numa sociedade sem noção de civilidade e cidadania, onde infelizmente muitos não são capazes de sustentarem os privilégios e responsabilidades que lhe são conferidos sem que abusos sejam cometidos. Não existe noção de direitos humanos, o que nos leva a questionar que formação estamos dando aos nossos jovens, que não conseguem enxergar nada além de si mesmos.

P - Qual a influência dos meios de comunicação e dos valores da sociedade de consumo — que destina valor às pessoas conforme seu status?

Resposta - A violência veiculada nos meios de comunicação e nas ruas conduz os jovens a reproduzir esses comportamentos em suas vidas pessoais como se fossem personagens de ficção, sem nenhuma discriminação da realidade. A formação recebida numa sociedade voltada para o consumo exarcebado leva os jovens a valorizar e respeitar mais os que têm posses. Quanto mais posse, mais digna e invejada é a pessoa. Aos outros é negada a existência enquanto seres humanos, que passam a ser descartáveis e que não despertam o menor interesse enquanto pessoas.

P - Que fatores influem na formação do indivíduo para que uma pessoa possa reagir completamente diferente de outra numa situação de violência?

R - Sem dúvida nenhuma é o grau de desenvolvimento psíquico, ou seja, a maturidade do indivíduo. A forma como ele aprendeu a lidar com seus sentimentos e emoções, as limitações e frustrações que ele vivencia, os princípios morais que lhe foram incutidos, os ídolos e exemplos com os quais convive, é o conjunto desses elementos que dão forma e consistência a uma pessoa.

P - O que exatamente quer dizer sua afirmação de que "estímulos que produzem medo, pânico ou angústia provocam sensações parecidas com o orgasmo"?

R - O prazer em algumas pessoas pode estar associado a emoções violentas, que incluem sofrimento próprio ou de outros. No início do desenvolvimento psíquico da criança todas as possibilidades estão abertas e é na convivência familiar que vai se moldando a personalidade, os limites sendo construídos. Assim, também, o prazer vai encontrando formas de expressão mais adequadas e saudáveis.

Aposentados

Recadastramento em julho

O Ministério da Administração e Reforma do Estado definiu que o recadastramento nacional de aposentados e pensionistas da União será realizado entre os dias 1º e 31 de julho. O recadastramento será feito nas agências do Banco do Brasil, que já está fazendo o treinamento do pessoal destinado ao atendimento dos aposentados e pensionistas.

Para se recadastrar, é necessário que o beneficiário leve o documento de identidade e cópia do último contracheque. Só serão aceitas procurações em casos especiais: enfermidade grave ou gravidez, constatadas por laudo médico pericial; ausência comprovada no país; ou impossibilidade de locomoção, por se encontrar em local de difícil acesso ou em situação de emergência. Aqueles que não se recadastrarem terão seus benefícios suspensos a partir de agosto.

Com o recasdatramento, o governo pretende fiscalizar e controlar melhor e com mais eficiência os gastos com a folha de pagamento de servidores inativos. A partir do ano que vem, os aposentados e pensionistas deverão preencher o recadastramento anualmente, pessoalmente e sempre no mês em que fizerem aniversário.

Assessoria Jurídica

Informações sobre a URP/89

A incorporação em folha da URP/89 continua (provisoriamente) válida, mas poderá ser cancelada quando for julgado o processo (após a citação de todos os docentes) se a decisão for pelo acolhimento da ação rescisória.

O caso passo a passo:

1º) no final de 1995, a Ufrgs ingressou com a **ação rescisória** pretendendo rescindir a decisão judicial que outorgou aos docentes a URP/89. Até este momento, os docentes aguardavam o pagamento de valores atrasados (por meio de precatório que fosse pago até dez/95) e já tinham a parcela incorporada em folha;

2º) Juntamente com a ação rescisória, foi ajuizada a **ação cautelar** inominada, pretendendo suspender o pagamento do precatório e a incorporação em folha até o julgamento final da rescisória;

3º) a medida liminar requerida na ação cautelar foi concedida pelo Juiz -Relator, no sentido de cancelar o pagamento do precatório e tirar da folha a URP/89 incorporada;

4º) através de recurso (**Agravo Regimental**) interposto pela Andes/Adufrgs, julgado procedente pelo TRT, a medida liminar foi cassada, restabelecendo o pagamento da URP em folha e liberado o processamento do precatório;

5º) a Ufrgs impetrou mandado de segurança pleiteando uma nova publicação, inconformada com uma deficiência formal na publicação do acórdão do agravo regimental;

6º) o mandado de segurança foi acolhido, sendo determinada nova publicação;

7º) desta nova publicação, houve interposição de recurso ordinário pela Ufrgs a ser julgado, ficando restabelecidos os efeitos da liminar anterior que suspendia o precatório e a incorporação em folha;

8º) o Presidente do TRT recebeu o recurso ordinário sem efeito suspensivo.

Paulo Paim - Deputado federal (PT/RS)

Quem são os "neobobos"?

Recentemente o Banco Mundial publicou um relatório apontando o Brasil como o campeão em corrupção.

A trágica constatação nos coloca em situação de desconforto moral, junto à comunidade internacional, e revela a fragilidade da imagem que o presidente Fernando Henrique Cardoso vem tentando construir para o seu governo. Esta imagem tem sido alicerçada, sem as necessárias mudanças, nas condutas e procedimentos do governo, assim como na ausência, e até mesmo na resistência do Executivo em integrar-se de forma decidida na guerra contra a corrupção que vem sendo travada pela sociedade civil a partir do "impeachment" de um presidente envolvido em corrupção.

Esta ausência se explica nos limites impostos pela base de sustentação do governo, identificados que são com os escândalos financeiros mais conhecidos. Não temos visto uma denúncia onde não figure alguém alheio a um dos partidos que compõem o Executivo Federal ou seu Ministério. Da intencionalidade à farsa bastava, então, um fato de improbidade incontestável para a opinião pública e que exigisse do governo uma ação concreta num ou noutro sentido: da conivência ou da punição.

As atitudes do Planalto não deixaram dúvidas sobre a disposição em obstaculizar a qualquer preço toda tentativa de ultrapassar a figura dos réus confessos, em direção ao

esquema de ações ilícitas que garantiu a aprovação da emenda constitucional da reeleição; que usou e abusou de pressões e promessas fisiológicas; da manipulação do orçamento público; de avaliações catastróficas sobre flutuações da bolsa e numerários de ordem diversa; de chantagens sobre desempenho de programas de estabilização econômica e, agora comprovado, de corrupção em moeda corrente.

Os governistas abandonam o "marketing" da seriedade e probidade administrativa passando ao pragmatismo, do tipo "querem emperrar a votação das reformas"; ao apego às firulas regimentais como "não se pode instalar mais que cinco CPIs ao mesmo tempo" (dispositivo regimental que estamos argüindo inconstitucionalidade no Supremo Tribunal); do apelo às bravatas com a marca registrada do Sr. Sérgio Motta, culminando com o deboche do Presidente da República que rotula de "neobobos" quem insiste em macular o governo a partir das confissões de seus próprios aliados.

Recentemente, foram amplamente divulgadas pela imprensa, supostas irregularidades cometidas em prefeituras dirigidas pelo nosso partido.

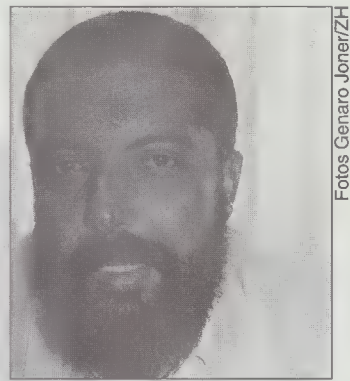
Indiferentemente da veracidade dos fatos e a que prestam tais denúncias feitas por militante do próprio partido, prontamente nos dispusemos a abrir um processo e a não

opormos resistência a qualquer tipo de investigação, inclusive através de uma CPI. E isso, fundamentalmente, por não temermos o processo, firmes e convictos que somos de que o movimento seguinte, caso fique comprovada irregularidade, será a punição exemplar de quem quer que seja.

Esse é o tipo de comportamento que temos que cobrar das elites políticas como contribuição à luta pela mudança da cultura perversa que faz da corrupção algo inerente à coisa pública, e que transpassa os grupos políticos e empresariais contaminando nossas relações cotidianas.

As atitudes demagógicas do PFL "expulsando" corruptos declarados como manobra para evitar um mergulho nas evidências de um sistema de corrupção de proporções monstruosas, envolvendo empresários, políticos, governadores, reforça essa cultura, cuja lógica se explica pela origem da maioria das riquezas nacionais: a tutela fraudulenta do aparelho do Estado pelas elites econômicas.

A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito é um imperativo civil que não deve, e não irá esmorecer em sua decisão inabalável, de sã rebeldia aos argumentos chulos e inconsistentes que visam apenas esconder o apego ao poder e sua perpetuação como fim absoluto.



Fotos Genaro Joneir/ZH

Yeda Crusius - Deputada federal (PSDB/RS)

CPIs: em defesa das instituições



Acredito que, felizmente para todos nós brasileiros, não existe a crise política na qual alguns pensam ter o país mergulhado e que outros, mais afoitos, gostariam que existisse. Não concordo sequer com alguns de meus companheiros de partido que

vêm no episódio da denúncia de compra de votos de parlamentares da Região Norte uma ameaça à tramitação das emendas constitucionais propostas pelo governo federal, ou por ele apoiadas. O que há é um - felizmente - permanente processo de depuração do público que precisa se ajustar ao novo e à sua relação com o privado.

O que temos até agora é a denúncia, admitida como verdadeira por parte de algum dos acusados, de que deputados federais tenham votado a favor da emenda que permite a reeleição de ocupantes de cargos executivos em troca de pagamentos de origem não-esclarecida. Os acusados, nas gravações divulgadas, fazem ainda alusões a dois governadores e mais indiretamente ao ministro Sérgio Motta.

Na minha avaliação, a postura adotada pelo governo é a correta. As denúncias envolvem diretamente membros do Poder Legislativo, do Executivo, de dois estados e, de forma indireta, de um ministro. Cada caso deve ser tratado com a especificidade que lhe corresponde. Irregularidades supostamente cometidas por parlamentares no exercício de seus mandatos devem ser analisadas em primeira instância, pelo próprio Parlamento, o que, como se sabe, está sendo feito. Negar essa instância de apuração dos fatos é negar a própria instituição, o Legislativo. É com desafios como esse que a própria instituição avança. O mesmo afirmo quanto a denúncias sobre gestão em Prefeituras do PT, mais recentes. O próprio partido é primeira instância de apuração e penalização dos culpados. Se insuficiente, o próprio processo social se encarregará de forçar as mudanças requeridas para o aprimoramento da instituição Partido.

A apuração das acusações contra governadores é tarefa

das Assembléias Legislativas. Dada a ascendência política dos governadores sobre os legislativos estaduais, particularmente em algumas unidades da Federação, o desenvolvimento das investigações depende da correlação de forças políticas em cada caso, o que pode levar tanto a um julgamento político quanto a um acobertamento de atos ilícitos. No que se refere ao suposto envolvimento de um ministro de Estado, a respeito do qual, ao contrário das demais personalidades citadas, há apenas alusões, como disse anteriormente, trata-se de cargo de confiança do presidente Fernando Henrique Cardoso. E este não tem hesitado em afastar colaboradores sempre que julgou necessário.

Se não há envolvimento do governo federal no episódio, por que então se opor à constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o caso? É uma pergunta que tenho ouvido com frequência. Explico. Em primeiro lugar, pelas razões apontadas acima, isto é, porque isto já está sendo feito nas devidas instâncias. Em segundo lugar, porque, mesmo os mais ardorosos defensores da CPI sabem muito bem que, por já existirem diversas Comissões do gênero em atividade e outras por serem instaladas, a que está sendo pretendida, na melhor das hipóteses legaria alguns meses para iniciar os trabalhos e outros tantos para concluí-los. Com isso, ao invés de contribuir para a apuração dos fatos e eventual punição dos acusados, o que se estaria fazendo é adiando a solução e contribuindo, assim para que as denúncias acabassem no esquecimento e na impunidade.

Do ponto de vista da apuração das denúncias e punição dos eventuais culpados, portanto, a constituição de uma CPI é uma proposta inócua. Mais que isso, contraproducente. Ainda assim, há quem insista na questão única e exclusivamente com o objetivo de estabelecer uma plataforma de ataque ao governo. A comissão, nesse caso, seria uma espécie de foco guerrilheiro que, sem qualquer possibilidade de infligir uma derrota estratégica ao adversário, se limita a uma tática de hostilização e desgaste, obrigando o rival a deslocar recursos e efetivos de outras frentes. Sem querer ser rude, francamente, este governo tem mais o que fazer.

Do ponto de vista da atividade do Congresso Nacional, a instalação de uma CPI tem uma série de implicações que precisam ser levadas em conta. A principal delas é que, ao contrário do que se sugere muitas vezes, a apreciação de projetos do governo ou de iniciativa dos próprios parlamentares, os trabalhos das comissões ordinárias e das especiais realmente necessárias exigem o máximo dos deputados e senadores que, partidários do governo ou oposicionistas, procuram honrar o mandato que lhes foi conferido.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) divulga periodicamente uma relação de cem parlamentares que se destacam como articuladores, formuladores, interlocutores ou negociadores. O critério talvez seja excessivamente rigoroso por contemplar menos de 20% dos membros do Congresso Nacional, mas permite que se tenha uma idéia da maratona a que são submetidos aqueles que efetivamente atuam em função do interesse público, em contraste com aqueles que se orientam por interesses paroquiais (quando não-pessoais), e são atraídos pelo foco dos refletores ou guiados pelo oposicionismo intransigente.

O que está ocorrendo na polêmica em torno da CPI é uma inversão da realidade. Não é a bancada governista que obstrui a investigação pretendida, mas, sim, o recurso a uma das mais importantes prerrogativas do Legislativo - a de constituir comissões de inquérito - como forma de obstruir a tramitação de alguns projetos, montar um palco iluminado para alguns, e criar obstáculos à ação governamental por parte daqueles que não têm força política para sustentar seus próprios projetos (quando os têm) e já não conseguem sequer impedir o avanço das propostas contrárias pelos métodos obstrucionistas convencionais e legítimos, donde os "apitaços", invasões, etc.

Nem o governo nem os parlamentares responsáveis têm o direito de ceder diante de manobras cujo único objetivo tem sido impedir a qualquer preço o avanço de reformas estruturais indispensáveis à melhora de vida da maior parte da população brasileira que sofre com os resultados gerados pelas estruturas vigentes.

Sistema de ensino entra na pauta de políticos

Atividades promovidas pela Adufrgs em maio colocaram o futuro da Educação Pública no centro das discussões

antidas as atuais condições, em dez anos teremos uma espécie de campeonato entre as universidades públicas brasileiras. As regras do jogo não estão claras, mas já é certo que aos vencedores — os protagonistas — caberá o papel de transmitir conhecimento, realizar pesquisa e produzir atividades de extensão. Às universidades do segundo escalão — as figurantes —, restará a função de formar mão-de-obra necessária ao mercado. Essa é a conclusão do professor Newton Lima Neto (ex-reitor da UFSCar) expressa no painel "Autonomia e salários nas Ifes: perspectivas atuais", realizado na Ufrgs. Segundo Newton, o projeto em implantação pelo governo segue à risca a cartilha for-mulada pelo BID para as universidades latino-americanas. "Na estratégia montada", afirmou, "quatro pontos são fundamentais: a diferenciação entre as universidades que pes-quisam e as outras; a diversificação de opções de financiamento; a redefinição do Estado no que diz respeito às universidades públicas, e a autonomia institucional, com a conseqüente desobrigação do Estado". O ex-reitor salientou que as formulações propostas pelo governo são fiéis a esses princípios, e como prova destacou o descompromisso com o ensino e a transferência de recursos destinados à educação para fundos de estabilização monetária. "Os 20 bilhões usados para salvar bancos pelo PROER sustentariam as universidades públicas por quatro anos em

condições muito melhores que as atuais", reiterou. A reitora da Ufrgs, Wrana Panizzi, manifestou sua preocupação com o rumo das universidades públicas. Na avaliação da reitora, "caminha-se para a desestruturação do sistema público de ensino superior".

O painel foi parte das atividades organizadas para o dia 27 de maio, escolhido como Dia Nacional de Mobilização.

Encontro com deputados

"Falta autoridade moral para este governo, além de sensibilidade e conhecimento para tratar da Previdência e da reforma administrativa. Há uma corja que enlameia o país". Dita assim, a crítica parece vinda do mais radical representante da esquerda. Mas o autor é o deputado federal Jair Soares (PFL/RS), integrante da base do governo. Para ele, é necessário fazer o Executivo "ouvir o que ele precisa ouvir". Jair Soares participou de discussão sobre a situação das universidades públicas brasileiras em companhia da reitora da Ufrgs, Wrana Panizzi, dos parlamentares gaúchos Miguel Rosseto (PT) e Matheus Schmidt (PDT), e do presidente da Adufrgs, professor Renato de Oliveira no dia 23 de maio.

No encontro realizado na sala do Conselho Universitário da Ufrgs, com a presença de professores,

funcionários e alunos —, os parlamentares reconheceram a necessidade em defender o sistema público de ensino superior e admitiram que a maioria da classe política desconhece completamente a situação vivida pelas universidades públicas.

Para alimentar os parlamentares gaúchos com informações sobre o assunto e ampliar a discussão no Congresso Nacional, os deputados comprometeram-se a promover novas atividades. A primeira iniciativa prática nesse sentido foi o agendamento para o dia 4 de junho de reunião com toda a bancada gaúcha. Na oportunidade, a reitora da Ufrgs entregou documentos aos parlamentares relatando o atual quadro em



Fotos Fabrícia Osana

Seminário sobre LDB reuniu educadores do RS

nossa universidade. Para representar a Adufrgs no encontro, viajou para Brasília o professor Renato de Oliveira.

Seminário

Ainda dentro das atividades promovidas pela Adufrgs no mês de maio destaca-se o seminário "LDB, limites e possibilidades", realizado nos dias 16 e 17. O evento contou com a participação de educadores e sindicalistas ligados ao ensino de todo o estado. O objetivo do evento foi analisar o quadro educacional brasileiro em suas três esferas e as alterações que podem ocorrer em face da aprovação da nova LDB. Durante o seminário, foi lançado o primeiro número da Revista do Cpers-Sindicato.



Parlamentares discutiram ensino público superior

Professores têm espaço nas ondas da Internet

A Internet invadiu, nos últimos anos, praticamente todos os lugares. Lares, escolas, bares, empresas, todos têm, por diversão ou trabalho, se utilizado da rede no seu dia-a-dia. Milhares de informações circulam diariamente pela Internet, que se transformou no mais rápido e fácil meio de comunicação. Jornais, empresas e pessoas físicas estão conectadas, recebendo e transmitindo informações. A Adufrgs não ficou de fora. Desde 13 de setembro de 1996, a Associação está conectada com uma home-page na Internet para que seus associados e todos os usuários da rede mundial possam conhecer a entidade e para que a própria entidade se mantenha atualizada.

O site da Adufrgs oferece a oportunidade do usuário de conhecer um pouco da história da associação e suas publicações (Revista Adverso e Documenta). Além disso, apresenta o Adufrgs On-line, versão digital do Adverso, jornal editado quinzenalmente.

Com a intenção de manter e reforçar a ligação a

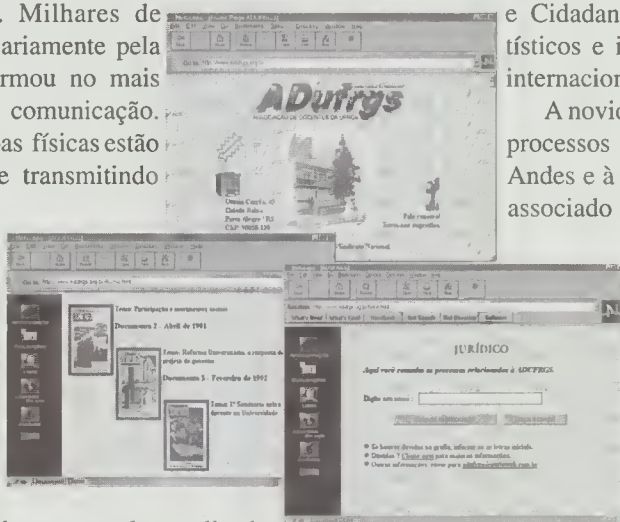
outras entidades da luta política e sindical, a página da Adufrgs traz ainda vários links para outras Associações Docentes, Organizações Sociais, Direito e Cidadania, sites de dados estatísticos e informativos nacionais e internacionais.

A novidade do site é o acesso aos processos jurídicos relativos à Andes e à Adufrgs. Cada professor associado tem a possibilidade de saber sobre o andamento dos processos em que está envolvido com muita facilidade e praticidade.

A Internet está facilitando a comunicação dos sindicatos, agilizando a recepção e transmissão de infor-

mações importantes para o movimento docente, já que outras AD's, e também a Andes-Sindicato Nacional, já estão conectadas.

O endereço eletrônico da homepage é <http://www.adufrgs.org.br>, e o correio eletrônico, adufrgs@portoweb.com.br.



Pequeno glossário para navegadores iniciantes

Ciberespaço: espaço virtual e sem fronteiras onde circulam milhares de informações veiculadas na Internet.

WWW: World Wide Web, lançado em 1991, é o serviço que viabiliza a transmissão de imagens, som e vídeo pela Internet. Sua grande vantagem é permitir aos usuários a interação com os documentos e a apresentação de dados multimídia que tornam muito mais atraentes as informações contidas na rede.

Modem: aparelho que permite a recepção e transmissão de dados por uma linha telefônica.

Username: nome do usuário na rede.

E-mail: endereço eletrônico onde o usuário pode trocar mensagens com pessoas ou empresas do mundo inteiro.

Serviços e endereços úteis

Listserv: área da Internet reservada aos grupos de discussão sobre assuntos específicos. Ao se inscrever o usuário passa a receber todas as mensagens que estão sendo trocadas sobre o tema de seu interesse.

Chat: serviço de conversa on-line que permite a comunicação via teclado com qualquer pessoa de qualquer lugar do mundo que esteja conectada na mesma hora.

Telnet: é um software que permite acessar remotamente outras máquinas, de redes privadas de computadores, destinadas ao uso exclusivo de seus assinantes.

Intranets: redes privadas que estão sendo desenvolvidas pelas empresas com o objetivo de facilitar a comunicação interna. Elas utilizam os mesmos recursos gráficos da Internet e, eventualmente, estão conectadas à grande rede.

Jornais on-line: muitos jornais já estão na Internet, atualizados diariamente. O maior site de jornalismo on-line é o Universo On-line (www.uol.com.br), do grupo Abril e A Folha de São Paulo. Nele podem ser encontrados jornais como A Folha da Tarde, A Folha de São Paulo, Clarin, Le Monde e The New York Times, além de inúmeras revistas como IstoÉ, Exame, Imprensa e Superinteressante.

Sites de procura: devido ao grande número de sites espalhados em todas as partes do mundo, fica difícil encontrar exatamente o que se quer dentro da Internet. Pensando exatamente neste problema, foram criados diversos sites de procura que auxiliam o marinheiro de primeira viagem na árdua tarefa de "garimpar" as informações da rede. São páginas que oferecem a possibilidade de descobrir endereços com assuntos que sejam do interesse do usuário. Basta escrever a palavra-chave do tema que se está procurando no campo indicado e dar o comando de busca. Se existir algum endereço sobre aquele item em seu cadastro, o site de procura o fornece. Os campeões de visita são: 1) **Internacionais:** YAHOO (www.yahoo.com), ALTAVISTA (www.altavista.digital.com); 2) **Nacionais:** CADÊ (www.cade.com.br), YAIH (www.ci.rnp.br/si/). Não esqueça: a maioria dos documentos na Internet encontra-se escrita na língua inglesa, portanto, utilize palavras deste idioma na maioria de suas buscas, a não ser que você procure informações estritamente nacionais.

Repassa de recursos

Fapergs sofre o golpe do ganha mas não leva

Quase uma década depois de garantido por lei, o repasse de recursos para a pesquisa gaúcha, através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), permanece sendo efetuado ao bel-prazer das autoridades de plantão. Valendo-se de uma artimanha financeira que manipula o orçamento, a verba é lançada nas contas públicas, mas acaba não sendo paga integralmente. Entra governo, sai governo e os saques continuam. De 1989 a 96, a Fapergs recebeu do Estado e das demais instituições que financiam a pesquisa científica brasileira, exatos R\$ 43.725.899,00. Entre 1995 e 96, somente o governo deveria ter repassado R\$ 86.707.563,05, quase o dobro dos últimos oito anos.

James Görgen

o reflexo da falta de dinheiro, é possível enxergar o perfil da política de ciência e tecnologia que cada novo governo apresenta para o Rio Grande do Sul. Pelos cálculos da Fapergs, hoje seriam necessários R\$ 60 milhões anuais para subsidiar a pesquisa gaúcha. No ano passado, a instituição contabilizou pouco mais de um quarto deste total (R\$ 17,2 milhões), sendo que 34% vieram de outros organismos de financiamento.

Desde que foi incluído na Constituição Estadual de 1989, o artigo 236, que prevê o repasse de 1,5% da receita líquida de impostos para o desenvolvimento da pesquisa, não vem sendo cumprido. “Os políticos nunca aceitaram o 1,5%”, garante o presidente da Fapergs, professor Pedro Dutra Fonseca. “Eles acham que é muito dinheiro para a pesquisa”, completa.

Como não acreditam no investimento, não pagam. Para desviar a atenção de uma futura auditoria do Tribunal de Contas do Estado, os valores totais são empenhados pela Secretaria da Fazenda, mas não chegam às mãos da Fapergs de forma integral. “Até o ano passado, os pagamentos efetivos ficavam em torno de 10 a 15% do total devido”, lembra o professor.

Antes do Plano Real, a maquiagem dos números acontecia na ciranda financeira.

Devorados mensalmente pela inflação de dois dígitos, os pagamentos fechavam o ano nominalmente iguais aos valores empenhados. “O fim da inflação deixou isso mais claro”, acredita o presidente da Fapergs. Não o suficiente para colocar um fim ao golpe do empenho. Em 1996, o dinheiro dobrou, chegando a 25% do previsto. “O governo nos repassou 10,5 milhões”, revela Fonseca. De acordo com a rubrica 2622 apresentada no sistema de informática da Despesa Pública do Estado, o acumulado no ano passado foi de R\$ 45,9 milhões. Ouseja: a Fapergs continuou com um crédito de R\$ 35,4 milhões somente no último ano. “Não posso negar que a lei está sendo descumprida mas, ao mesmo tempo, o governo atual dobrou os repasses”, pondera Fonseca.

O que é melhor do que nada, na concepção dos representantes do governo do Estado. Eles enxergam no alegado “caixa vazia” motivo suficiente para o descumprimento da lei. “Efetivamente, o repasse não vem sendo cumprido na sua integralidade”, admite o assessor especial da Secretaria Extraordinária da Ciência e Tecnologia, Victor Odorcyk. “Mas a alternativa de pagar tudo não existe porque o Estado não possui recursos”, garante.

Se está previsto em lei e no orçamento público, o dinheiro só não existiria se a arrecadação do Estado fosse igual a zero. Como apenas no último mês de abril o Tesouro arrecadou R\$ 352,3 milhões somente com a arrecadação de ICMS, um bom observador pode questionar para onde está indo o dinheiro destinado à pesquisa gaúcha.

Sem nunca responder a esta pergunta, o governo Antônio Britto se empenha em mostrar que o aumento gradativo da verba vem acompanhado de outro argumento que justifica a dívida do Tesouro. “Mais importante que o volume de recursos é a regularidade nos pagamentos”, acredita o assessor da Secretaria.

Segundo Odorcyk, o repasse mensal cresceu de R\$ 700 mil em 95 para R\$ 875 mil no ano passado. A partir de junho, o governo espera começar a pagar R\$ 1 milhão por mês para que, somado aos recursos obtidos junto a instituições de financiamento, a Fapergs termine o ano de 97 com um saldo de R\$ 20 milhões, o dobro do recebido em 96. “A regularidade está sendo mantida e aumentada”, assegura o técnico do governo.

Agarrando-se unicamente ao fato positivo, o titular da pasta da Ciência e da Tecnologia, Telmo Rudi Frantz, gaba-se de ter costurado este acordo com o secretário da Fazenda, Cezar Busatto, “nos corredores do Badesul”. A revelação pública foi feita no dia 22 de abril durante o jantar de posse do atual presidente da Fapergs do qual participaram mais de duzentas pessoas. Conforme o presidente da Adufrgs, Renato de Oliveira, presente na confraternização, Frantz não teve pruridos em admitir, que pelo acordo firmado no início do governo Britto, seria garantido à Fapergs um percentual “um pouco menor” do que o determinado pela Constituição do Estado, ficando garantida a regularidade nos depósitos.

Para diminuir a diferença entre a teoria do repasse e a prática dos pagamentos, o governo assume novas dívidas. Em dezembro do ano passado, a Fapergs recebeu a primeira parcela — no valor de R\$ 770 mil — de um financiamento de R\$ 30 milhões conseguido junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Com carência de três anos e amortização em outros seis, o empréstimo responde por metade do montante previsto para o Programa de Reestruturação, Modernização e Capacitação da Infraestrutura de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul. Implantado no ano



Sandro Andrade/UC

Dutra Fonseca: "Não posso negar que a lei está sendo descumprida mas, ao mesmo tempo, o governo dobrou os repasses"

passado, o projeto pretende investir R\$ 60 milhões, somente no campo da pesquisa (sem o subsídio a bolsas de estudo), até o final de 98.

Uma verba não tem nada a ver com outra. Só que a dificuldade em separar o joio do trigo acaba dando a sensação de que os investimentos em pesquisa no Rio Grande do Sul aumentam a cada ano que passa. “O débito não é confortável para ninguém, mas a pesquisa é uma área prioritária e a dívida com a Fapergs está sendo contabilizada pelo Estado”, afirma Odorcyk.

Entre as reclamações do governo, está a exigência de que os repasses sejam feitos somente em dinheiro quando poderiam existir mecanismos que facilitassem o aumento de patrimônio da Fapergs. O fato de o 1,5% previsto na Constituição ser obrigatoriamente vinculado à pesquisa e não incluir as despesas administrativas de operacionalização dos projetos nem o orçamento das demais fundações de pesquisa do Estado, também incomoda os tecnocratas. “Todo custo operacional da Fapergs é bancado pelo Tesouro”, reclama Odorcyk.

De acordo com ele, se fosse considerado o custeio de fundações como Cientec, Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) e outras, o investimento no setor de pesquisa ultrapassaria o 1,5% da receita líquida. Esta polêmica é esclarecida logo nas primeiras linhas do artigo 236 quando atribui-se ao Estado a cobertura das “... despesas de investimentos e custeio de seus órgãos envolvidos com pesquisa científica e tecnológica...”.

Falta de verba prejudica os projetos e futuro do Estado

Sem dinheiro público para tocar todos os projetos que chegam à sua sede, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) tem de buscar na rua boa parte dos recursos para investimento em ciência e tecnologia. Parceria com empresas privadas e instituições de fomento são as saídas encontradas para bancar a diferença entre o que é pago pelo governo e o necessário para se manter a estrutura funcionando. “Estamos buscando uma alternativa para não paralisar o sistema”, garante o assessor especial da Secretaria Extraordinária da Ciência e Tecnologia, Victor Odoreyk.

No ano passado, R\$ 5,9 milhões do total de R\$ 17,2 milhões recebidos pela Fapergs, foram arrecadados mediante convênios com Capes, Finep, Sebrae, agências do exterior e outros mecanismos. Para quem gosta de estatísticas, este valor representou 34% do total de recursos acumulados pela Fapergs em 96.

Com a ajuda deste dinheiro, a instituição conseguiu patrocinar 1.551 bolsas de estudo e 776 projetos de pesquisa, que somaram R\$ 12.495.638,00. Mesmo assim, parece não ser o suficiente. Somente os 13 projetos aprovados pelo comitê da área de Química da Fapergs em 97 exigiriam R\$ 1,5 milhão para saírem do papel. Terão de dividir R\$ 700 mil.

Para o presidente da instituição, professor

Pedro Dutra Fonseca, a dificuldade em conseguir dinheiro dentro do governo se dá porque o Brasil sempre investiu no sentido de se tornar o país com o modelo de substituição de importações mais bem-sucedido do mundo. E conseguiu. “Só que esse modelo não se importava com a tecnologia porque tinha a garantia do mercado interno e de financiamento e câmbio favoráveis”, analisa Fonseca.

Com a chegada da concorrência globalizada, proporcionada pela abertura de mercado, a situação se inverteu. Atualmente, país que não tem tecnologia para gerar produtos inovadores com qualidade terá de se virar em dois para competir com uma indústria norte-americana que opera na China, valendo-se do dumping social e de outras vantagens fiscais e trabalhistas. “A Fapergs tem que trabalhar com a ciência e tecnologia no ambiente acadêmico aproximando as pesquisas das demandas do setor produtivo”, considera Odorcyk. Só o futuro dirá se o pagamento da conta atrasada com a pesquisa gaúcha será o bastante para o governo recolocar o Estado nos trilhos do desenvolvimento.

Em 96, o investimento na pesquisa científica gaúcha dobrou em relação ao ano anterior e foi o maior valor aplicado nos últimos três anos



Como a dívida aparece no Balanço

Quando se trata da Fapergs, o Balanço Geral do Estado (um documento público e disponível a qualquer cidadão) sempre apresenta diferenças que acabam comprovando o golpe aplicado na pesquisa gaúcha. No Exercício de 1995 (Volume 1 páginas 209 e 210), foram empenhados em favor da Fapergs R\$ 40.283.358,06. Além disso, existia um crédito de R\$ 17.508.936,70 de 94, que ainda não havia sido pago.

RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO			
DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DAS CONTAS DO BALANÇO PATRIMONIAL			
EXERCÍCIO DE 1995			
NÚMERO DA CONTA	SALDO INICIAL	DEBITO/ANO	CREDITO/ANO
FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE			870,
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RS			11.107.088,
EXERCÍCIO - 94			
FUND. ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR			6.890,36
FUND. RADIO E TELEVISÃO EDUCATIVA			822,16
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO RS			17.008.936,70
EXERCÍCIO - 95			
FUND. ESTADUAL PRODUC. E PESQUISA EM SAÚDE PÉPP			2.848.587,79
FUND. GAÚCHA DO TRABALHO E ACAD. SOCIAL			385.085,95
FUND. PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS			1.833.214,95
FUND. RADIO E TELEVISÃO EDUCATIVA			40.283.358,06
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO RS			1.177.308,22
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL			em 31.12.94

O balanço do ano seguinte (Volume 1, páginas 227 e 228) registrou uma pequena redução do empenho do Exercício de 1995, totalizando R\$ 40.211.673,65. Ao mesmo tempo, o saldo de 94 havia diminuído em redondos R\$ 10,5 milhões, exatamente a quantia que o governo do Estado repassou para a instituição em 96. Ou seja: pelo que demonstra o relatório anual da Fapergs, somente o saldo de 94 foi efetivamente quitado até o ano passado. Resta saber onde foi parar o dinheiro e quando será efetuado o pagamento de mais de R\$ 40 milhões empenhados em 95 e dos R\$ 46.424.204,99 apresentados no Exercício de 1996.

DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DAS CONTAS DO BALANÇO PATRIMONIAL			
EXERCÍCIO DE 1996			
NÚMERO DA CONTA	SALDO INICIAL	DEBITO/ANO	CREDITO/ANO
FUND. GAÚCHA DO TRABALHO E ACAD. SOCIAL			1.768,36
EXERCÍCIO - 94			
FUND. CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISÃO			822,16
FUND. ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR			6.890,36
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO RS			6.508.936,70
EXERCÍCIO - 95			
FUND. DE ATEND. AO DEFIC. E AO SUPER DOTADO RS			10.040,30
FUND. DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REG.			7.000,00
FUND. ESCOLA TECH. LIBERATO SALZANO V. DA CUNHA			10.657,99
FUND. ESTADUAL DE PESQUISA AGRÍCOLA			155.765,50
FUND. ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR			94.510,00
FUND. ESTADUAL PRODUC. E PESQUISA EM SAÚDE PÉPP			273.969,49
FUND. GAÚCHA DO TRABALHO E ACAD. SOCIAL			389.298,12
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO RS			40.211.673,65
EXERCÍCIO - 96			
FUND. CULTURAL PIRATINI RADIO E TELEVISÃO			2.373.172,45
FUND. DE ATEND. AO DEFIC. E AO SUPER DOTADO RS			1.768.217,97
FUND. PARA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS			99.609,42
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO RS			46.424.204,99

Fonte: Fapergs

	Valor 93	%	Valor 94	%	Valor 95	%	Valor 96	%
Projetos	5.991.562	80	2.780.700	58	2.732.388	50	9.383.388	75
Bolsas	1.439.300	20	1.996.000	42	2.779.142	50	3.112.250	25
Total	7.430.862	100	4.776.700	100	5.511.530	100	12.495.638	100

Quando trabalho não combina com Ensino Público

Preencher um quadro de horários na maioria dos cursos da Ufrgs é uma tarefa para estudantes profissionais

Tempos difíceis esses do liberalismo. A luta por uma colocação no mercado, a concentração de renda e a concorrência gerada pelo “alpinismo social” fazem com que até adolescentes sejam empurrados para a vala comum do emprego sem qualificação — que deveria fornecer condições mínimas de sobrevivência — enquanto tentam obter alguma formação acadêmica. Só que isso pode demorar a acontecer. Pressionados, jovens que não nasceram em berço esplêndido, mas passaram pelo funil da seleção universitária, precisam optar entre somente estudar, e tentar viver com recursos ínfimos de estágios, bolsas e “paitrocínios”, ou enfrentar a dupla (e até tripla) jornada de uma vida dividida entre aulas, trabalho, estudo e aperfeiçoamento. Ao invés de facilitar este processo, a Ufrgs parece querer dificultá-lo ao máximo, não oferecendo cursos em versões noturnas.

Dos 53 disponíveis, apenas 7 são apresentados com aulas integrais no turno da

noite. Na maioria dos outros casos, enquanto algumas disciplinas são ministradas à noite, outras só acontecem na parte da manhã e as opcionais, à tarde. Fechar um quadro de horários com este labirinto de ofertas é uma tarefa fácil somente para quem pode se dar ao luxo de ser estudante profissional até os 25 anos.

Sendo uma universidade pública e gratuita, a Ufrgs acaba estabelecendo uma relação perversa que empurra os alunos mais carentes para as instituições privadas, difíceis de pagar mas fáceis de cursar. No dia-a-dia dos campi, a elitização intelectual acaba dando lugar a uma ditadura econômica, onde a maioria dos estudantes que conseguem assistir às aulas em diversos turnos é a mesma com condições financeiras para não trabalhar. “A universidade recebe uma elite intelectual que não precisa ser elite econômica”, analisa a coordenadora da Comissão de Graduação da Faculdade de Direito da Ufrgs, Maria Aparecida Moretto.

Não que inexista demanda para a noite. Olhando para a média de candidatos por vaga do vestibular da Ufrgs (veja tabela nesta página), é possível enxergar um maior grau de procura por este turno. O caso da Licenciatura em Matemática é uma exceção. Cada vaga no diurno é procurada por 4 vestibulandos. No curso noturno, a média cai, chegando a 3,4.

Uma das questões que atrapalha a realização de aulas durante a noite é a indisponibilidade dos professores de outras unidades que ministram disciplinas do currículo comum como português, por exemplo. “Eles estipulam o horário que querem e nós temos

que negociar”, reclama o diretor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), Ricardo Schneiders da Silva. “O ideal seria o funcionamento de duas turmas (manhã e noite) para as disciplinas de tronco comum dos outros departamentos”, reivindica o diretor.

Cursos	Candidatos por vaga	
	Diurno	Noturno
Ciências Jurídicas e Sociais	28,0	30,3
Ciências Nat. e Matemática do 1º grau (Imbé)		1,1
Ciências Sociais	4,3	4,7
Geografia	2,7	4,0
História	6,1	7,1
Matemática - Licenciatura	4,0	3,4
Química - Licenciatura		3,4

O dia na Fabico

Faltam professores e espaço para a criação de cursos noturnos na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Ufrgs. Mesmo funcionando num prédio próprio de cinco pavimentos, a Fabico sofre com poucas salas e muitos alunos. Ao todo são 10 salas de aula teórica, 4 laboratórios e 3 estúdios para 630 alunos de Comunicação e 280 de Biblioteconomia. Três vezes por semana, algumas aulas ocorrem em duas salas emprestadas pela Escola Técnica de Comércio, prédio vizinho na Rua Ramiro Barcelos. “É impossível fazer o curso num turno só”, acredita o diretor da Fabico, Ricardo Schneiders da Silva.

Na opinião do diretor, a saída da gráfica da Universidade, que ocupa o 2º andar do prédio, liberaria espaço para as seis salas que faltam. “Sem a gráfica, a demanda seria suprimida e daríamos melhores condições para a vida dos alunos”, espera o diretor.

O problema, então, seria ter professores para ministrar as disciplinas. Hoje a Fabico possui 40 docentes para a Comunicação e 24 na Biblioteconomia. Além disso, a direção contratou 10 professores-substitutos para preencher as vagas dos professores que se aposentam. Para funcionar com cursos completos pela manhã e à noite, Schneiders calcula que precisaria o dobro de professores. “Atualmente não teríamos professores suficientes”, destaca.

Mas os estudantes parecem estar precisando. No caso da Comunicação, cerca de 30% do curso é comum aos estudantes de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas. Por este motivo, o normal é oferecer duas turmas, uma pela manhã, outra à noite. A partir do 3º semestre, a coisa muda de figura. Quem está fazendo Jornalismo tem as aulas concentradas na parte da manhã. Nos outros dois cursos, as cadeiras são colocadas à noite.



Segundo o diretor, a faculdade chegou ao atual layout do quadro de horários depois de 85, ano em que uma pesquisa traçou o perfil do aluno da Fabico. “A maioria dos alunos do jornalismo preferia assistir às aulas pela manhã, porque os estágios nesta área acontecem mais à tarde e à noite”, conta Schneiders. Para Publicidade e RP o resultado foi contrário justamente porque as oportunidades surgem durante a parte clara do dia.

Mas isso não impede que os alunos da manhã tenham cadeiras à tarde ou à noite e vice-versa. Pelos cálculos do diretor, a superpopulação da Fabico beira os 500 alunos pela manhã e 500 à noite. “À tarde, o fluxo é bem menor”, afirma ele. Como as aulas de Biblioteconomia também ocorrem pela manhã, a superlotação acaba jogando certas turmas para períodos que impedem, ou dificultam, qualquer tipo de atividade extra. Com um padrão flexível, é possível chegar a um acordo e sair mais cedo, ou entrar para trabalhar mais tarde, quando se tem aula.

A noite no Direito

Desde os anos 50, quando foi criado, o curso noturno da Faculdade de Direito da Ufrgs vem exigindo um sacrifício a mais dos estudantes que optam por esta alternativa para manterem-se praticando os fundamentos da profissão nos outros dois turnos do dia.

Quem assiste às aulas da noite sabe ao entrar na faculdade que terá de se formar um ano depois dos colegas da manhã devido a um problema de distribuição das disciplinas. “Este é um descontentamento geral dos alunos da noite”, garante a coordenadora da Comissão de Graduação do Direito, Maria Aparecida Moretto. Mesmo assim, existe demanda para as 70 vagas que são abertas a cada vestibular. “Eles reclamam, mas não deixam de fazer porque não têm muita escolha”, considera a professora.

Na opinião de Moretto, uma solução para este problema está sendo estudada

pela comissão de graduação. A coordenadora acredita que o remanejamento das atividades, com a colocação de horários aos sábados, igualaria o tamanho do curso da noite com o do dia. “Não podemos fechar os olhos para a realidade brasileira”, entende.

Formado por alunos que trabalham no serviço público, na economia informal e em empresas privadas, o Direito da Ufrgs é um dos cursos onde a procura manhã/noite se apresenta equilibrada. Mesmo assim, a procura pelo turno da noite leva uma pequena vantagem. No vestibular de 96, a média de candidatos por vaga do curso noturno era de 30,3, enquanto para o diurno ficou em 28.

De acordo com a coordenadora da comissão, não existem muitas diferenças de procura pelos dois cursos porque certos alunos preferem estudar pela manhã e fazer estágios de quatro horas em escritórios de advocacia na parte da tarde. “Mas mesmo quem estuda pela manhã, exerce alguma atividade”, explica Moretto.



Dos 53 cursos da Ufrgs, somente a Faculdade de Direito e outras 6 unidades oferecem opções para quem precisa estudar no turno da noite

Se o assunto é terra, todo cuidado é pouco

Poucos perceberam, mas uma verdadeira guerra de informação foi travada no último mês. No meio da batalha, estava a questão agrária, assunto que com a menor faísca pode rapidamente transformar-se em grande incêndio. Por descuido, ou por interesses não-confessáveis, a imprensa tratou de acender o pavio

Silvanio Mariani

udo começou no dia 8 de maio, quando jornais do país publicaram pequeno texto anunciando a intenção do Ministério de Política Fundiária em mudar os índices que medem o grau de produtividade da terra. Segundo o que foi divulgado, a alteração nos índices utilizados pelo Incra teria efeito imediato. Ou seja, terras que hoje são consideradas produtivas poderiam, a um canetaço, perder esse status e cair na vala comum das desapropriações para fins de reforma agrária. Estava criada a celeuma.

A notícia divulgada pelos jornais não apresentava os tais novos índices divulgados pelo Incra, que sequer foi ouvido na ocasião e, até hoje, não assumiu qualquer alteração na tabela. Entretanto, noticiou-se que os índices aumentariam em até “250% no caso da pecuária” e em “mais de 100% no caso de grãos”. Como fonte de tais informações, o texto mencionou apenas que a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), entidade que reúne os empresários rurais, “teve acesso à proposta e ameaça ir à Justiça se o governo não tratar da questão às claras”. O presidente do CNA, Antonio de Salvo, que considerou a proposta “inoportuna, porque não é hora de jogar lenha na fogueira”, reagiu, afirmando que levaria o temor dos ruralistas ao presidente Fernando Henrique. A notícia ainda deixava a ressalva de que no caso do Pontal do Paranapanema (por coincidência, um dos locais de maior conflito na questão agrária) a maior parte das terras hoje consideradas produtivas passaria para a condição de improdutivas.

A reação veio em cadeia. No dia seguinte à publicação da matéria, a Sociedade Rural Brasileira deu seu recado. O presidente da entidade, Luiz Hafers, afirmou que “entre palhaço e Dom Quixote”, preferia o segundo. Técnicos e pesquisadores do Instituto Agrônômico de Campinas (IAC) e do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA) consideraram “uma ficção os novos índices propostos”. No clima, um pesquisador do IEA chegou a qualificar de “levianas” as supostas mudanças propostas pelo Incra para o setor pecuário. O lance seguinte foi dado pela bancada ruralista em Brasília. O coordenador da bancada, Abelardo Lupion (PFL-PR), classificou a iniciativa de mudar os índices como “palhaçada”. Para o líder ruralista, o governo tentava “arranjar um culpado pela incompetência em fazer reforma agrária”. E avisou que se o governo quisesse o apoio da bancada para seus projetos, “vai ter de nos apoiar”. É a senha para que o governo, finalmente, decida entrar em ação. Pelos jornais, o ministro da Agricultura, Arlindo Porto, anunciou que o projeto formulado pelo Incra seria trocado por uma tabela “mais realista”. Subitamente, Porto passou a defender uma “discussão democrática com todos os envolvidos”.

A enxurrada de críticas feitas por técnicos agrícolas, políticos e entidades representantes de proprietários de terra prossegue até que o presidente da República intervenha. Fernando

Henrique encerra a polêmica afirmando que os índices propostos foram elaborados por técnicos de terceiro escalão, “que nunca puseram o pé na terra”. Se alguma alteração for realizada, “isso terá que ser feito com seriedade e competência”, enfatizou o presidente, que finalizou seu discurso prometendo “jogar um balde de água fria” no assunto. Alguns dias depois, Nestor Fetter foi substituído na presidência do Incra por Milton Seligman, ex-ministro interino da Justiça.

É melhor prevenir

A pergunta é inevitável: mas que índices foram propostos? Oficialmente, nem o Incra, tampouco os ministérios de Política Fundiária ou Agricultura, reconheceram qualquer nova tabela. De onde partiram os valores divulgados, ninguém sabe. Os jornais disseram apenas que o CNA “teve acesso à proposta”. O ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, confirma a existência de estudos para futuras alterações nas tabelas usadas pelo Incra, e conclui que a gritaria foi criada pela divulgação não autorizada de índices verificados em uma determinada região, que não poderiam ser generalizados para o país. Os interessados em polemizar em torno de índices que não existem, segundo Jungmann, são aqueles “a quem interessa a manutenção dos índices atuais, velhos de 17 anos e que havia muito precisavam ser atualizados”.

Do episódio fica a seguinte lição: quando o assunto é terra, os fazendeiros não brincam em serviço. Sabendo da existência de estudos para propor alterações nas tabelas, os empresários rurais saíram na frente e promoveram um estardalhaço em cima do que, a rigor, não existe. Criaram uma falsa polêmica e sinalizaram ao governo até onde ele governa. Antonio de Salvo foi quem deixou escapar que a partir das declarações de Fernando Henrique “o assunto chegou aonde os produtores queriam”. Se não são eficientes na utilização da terra, os fazendeiros brasileiros demonstraram altíssima eficiência no quesito pressão política.

Assentamentos são altamente produtivos

As tabelas abaixo demonstram a produção das terras antes da desapropriação e depois do assentamento. Os valores foram extraídos de publicação da Coceargs (maio de 1997), que contém quadros comparativos completos da situação dos assentamentos no estado.

Fazenda Annoni - Área: 9.700 ha/420 famílias			Rondinha - Área: 4.198 ha/233 famílias		
Aspectos	Antes da desapropriação	Depois do assentamento	Aspectos	Antes da desapropriação	Depois do assentamento
Nº de habitantes	45	1.226	Nº de habitantes	(10 fam)	686
Casas	5	243	Casas	8	127
Escolas	1	6	Escolas	-	1
Trator	-	35	Trator	-	12
Colheitadeira	-	7	Rede elétrica	2.300m	12.000m
Caminhão	-	15	Caminhão	-	2
Suínos	-	2.067	Suínos	-	1.806
Bov. de corte	-	681	Bovinos	1.100	1.961
Bov. leiteiro	-	1.299	Ordenha	-	6 máq.
Aves	-	21.430	Aves	-	6.903
Arroz	-	51 ha	Arroz	-	27 ha
Milho	-	554 ha	Milho	582 ha	921 ha
Feijão	-	116 ha	Feijão	-	170 ha
Soja	-	2.400ha	Trigo	-	168,59ha

A opinião de especialistas da Ufrgs

Para o sociólogo e professor da Ufrgs, Zander Navarro, não há nada de novo no barulho provocado pelos empresários do setor rural. Sempre que se cogita qualquer alteração nas tabelas que medem a produtividade no campo, a gritaria recomeça. Com pós-doutorado pelo Massachussets Institut of Technology e vários livros publicados sobre o assunto, Navarro defende modificações nos índices vigentes. "As tabelas usadas pelo Incra não refletem os avanços tecnológicos e a potencialidade na utilização da terra", justifica. Para o sociólogo, além das alterações nas tabelas, o Incra deve ampliar sua reserva de terras para promover assentamentos.

O agrônomo Sérgio Nicolaiewsky, também professor na Ufrgs e atual diretor da Faculdade de Agronomia, pondera que além de alterar índices vigentes o governo deve criar mecanismos de estímulo ao aumento da produtividade no campo. "A falta de uma política agrícola não é coerente com aumento de índices que medem a produtividade", justifica Nicolaiewsky. Para ele, a manutenção das tabelas só favorece os ruralistas que não investem no aumento da produtividade. Com relação aos atuais índices para o setor pecuário, o agrônomo é enfático: "só é bom para o gigolô de vaca".

Já o professor José Fernando Piva Lobato, do departamento de Zootecnia da Ufrgs, é contra o aumento de índices para o setor pecuário. Segundo o agrônomo, tecnicamente “é impossível entender que o Incra deseje uma mesma lotação em regiões tão extensas como, por exemplo, a metade sul do RS, quando temos cerca de 80 diferentes unidades de mapeamento de solo no Estado, variando em fertilidade, cobertura vegetal em capacitação de uso, além da necessária e atualíssima auto-sustentabilidade do meio". Segundo o que divulgaram os jornais, o maior índice pularia dos atuais 1,2 para 1,7 unidade animal por hectare para uma propriedade ser considerada produtiva (uma unidade equivale a um animal de 450 quilos). A preocupação de Lobato é o aumento da produtividade através do bom gerenciamento dos recursos nas mãos dos fazendeiros. Assim, defende a redução da carga de peso vivo para ampliar a produtividade. Na opinião do professor, a lotação elevada só favoreceria ao proprietário que pretende manter-se capitalizado, com grande povoação de animal por hectare. “Isso não é nada mais do que um depósito de capital, sem que a proteína animal de boa qualidade chegue mais rápido ao consumidor”, enfatiza. “Reduzindo a carga sobra mais pasto, com isso os animais ganham peso, reduz-se a idade para o abate dos machos e as vacas têm melhor repetição de prenhez”, argumenta. Lobato faz questão de que sejam publicadas, junto com esta entrevista, as tabelas que comprovam suas afirmações:

Lotação	Desmame temp.	Des. precoce	Testemunha	Média	Lotação	Prenhez
340kg PV/ha	42,8b	94,4a	25,0b	51,7A	320kg PV/ha	86,84a
240kg PV/ha	78,9b	93,7b	50,0c	69,8B	240kg PV/ha	96,77a
Média	63,6b	94,1b	40,3c		<i>Quadros e Lobato, 1996.</i>	
<i>Simeone e Lobato, 1996. Rev. Soc. Bras. Zootecnia 25(6):1216-1227</i>					<i>Rev. Soc. Bras. Zootecnia 25(1):22-35</i>	

Babilônia revisitada

Tabajara Ruas*

Estive em Uruguiana por alguns dias. Eu nasci em Uruguiana. Fui olhar o rio Uruguai e a cidade de Paso de los Libres, na outra margem. Nascer na fronteira é quase um paradoxo. Você olha, e no outro lado é outro país, falam outro idioma, têm outros heróis, outros ódios, quem sabe até outras ilusões.

Caminhei por Uruguiana. Cheguei ao Colégio Santana. Quantas lembranças... Ali é o pátio onde jogávamos futebol, de onde se vê a ponte sobre o rio, os misteriosos (essa é a impressão da infância que ficou) reservatórios da Refinaria Ipiranga, que sempre me intrigaram a imaginação.

Era doce sonhar com aquele cenário de tubos retorcidos, com o permanente rolo de fumaça branca subindo para o céu, o labirinto metálico onde perigos sem conta espreitavam o menino de doze anos.

Há certa sensações que desaparecem no tempo para sempre. Por mais que busquemos não conseguimos recuperar o clima de uma final de campeonato de futebol do ginásio num sábado à tarde, o sabor de um doce de abóbora com leite numa manhã de inverno, preparado pela mão de uma tia, a primeira viagem de trem, a primeira namorada - tanta coisa.

F. Scott Fitzgerald escreveu que a vida é um processo de desmoroamento. Pensei que essa visita não tinha outro

propósito a não ser resgatar, entre tantos escombros, e se isso fosse possível, as sensações irredimíveis como o unísono bater dos pés da gurizada nas matinês de domingo nos fins dos anos 50, quando se abriam as cortinas do Cine Teatro Carlos Gomes (hoje é um banco) prenunciando o início do seriado; o gibi trocado na entrada do cinema; os primeiros romances da coleção “Os Audazes”, da Editora Vecchi.

A revolta, a sede de justiça, a impotência ante a máquina do mundo ainda estavam longe, como longe estavam o exílio, a tortura, o medo, as utopias, os sem-terra.

Na longínqua cidade da fronteira o menino de doze anos viajava nas páginas dos gibis e na sala escura em que projetavam os filmes, numa construção arbitrária e abstrata: romance policial e gótico, caçadores de nazistas e cientistas loucos, sátira política e seitas religiosas, o fantástico e a ficção científica, tramas, peripécias, heranças, paixões, vitórias, perdas, e o dourado mito da segunda oportunidade.

Quem sabe? Talvez fosse isso que o homem de cinquenta



anos, sentado nas arquibancadas do Colégio Santana, buscasse, enquanto olhava o campo de futebol vazio. A refinaria, o rio, a ponte, as nuvens sobre a cidade de Paso de los Libres, na outra margem.

*Escritor

Defender a Universidade e construir a autonomia

**José Vicente
Tavares dos Santos***

A Autonomia Universitária tem sido uma das grandes reivindicações das Universidades Latino-americanas, incorporada à Constituição Brasileira de 1988 como resultado das lutas estudantis pela Reforma Universitária, organizadas desde os anos 60.

Sempre a Autonomia foi entendida como uma forma política capaz de potencializar as funções da Universidade enquanto centro de formação de recursos humanos qualificados e de cidadãos conscientes, núcleo de produção de conhecimento pela atividade regular de pesquisa e pólo irradiador de novos saberes e de novas tecnologias para a sociedade em seu conjunto.

A defesa da Universidade Pública constitui a pedra angular do atual processo, pela reconhecida importância do trabalho dos docentes, funcionários e estudantes, não apenas ao nível da graduação, mas principalmente, na pós-graduação e na pesquisa.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, de 1996, indica que nas 46 maiores instituições de pesquisa brasileiras estão localizados cerca de 6231 grupos de pesquisa, ou seja, 85,7 % do total de 7271 grupos. Ora, daqueles 6231 grupos, apenas 298 estão inseridos em instituições privadas (são 4 instituições confessionais). Portanto, 95 % da pesquisa feita nas 46 maiores instituições científicas do País está sendo realizada por grupos de pesquisa de instituições públicas, das quais 26 são IFES - instituições federais de ensino superior.

Acreditamos que é preciso defender a Universidade Pública não apenas em seu patamar atual, mas assegurando sua expansão e as garantias trabalhistas dos docentes e técnicos-administrativos; por outro lado, é preciso começar a construir a Autonomia da Universidade Pública, desencadeando um processo de discussão acerca das possibilidades de auto-organização e de mudança da cultura organizacional que teremos de elaborar em conjunto. Precisamos firmar uma posição firme e serena em relação à complexa questão da Autonomia Universitária, pois se trata do futuro do melhor ensino, da melhor pesquisa e da mais

atuante extensão de nosso País.

Nesta agenda de defesa da Universidade Pública e de construção da Autonomia Universitária, considero fundamental para o debate nove temas:

1. *Ente de Direito Público* - as IFES precisam manter sua definição institucional de ente jurídico de direito público;
2. *Gratuidade do Ensino* - as Universidades Federais Autônomas mantêm o preceito constitucional de Gratuidade do Ensino, condição básica para a democratização do Ensino Superior;
3. *Sistema de Universidades Públicas Federais* - as IFES propõem-se a constituir um Sistema de Universidades Públicas Federais, como garantia de sua preservação e crescimento;
4. *Financiamento pelo Estado* - o Estado continua a

95 % da pesquisa feita nas 46 maiores instituições científicas do País está sendo realizada por grupos de instituições públicas

assegurar o financiamento das IFES segundo um orçamento global que garanta um patamar mínimo inicial, o qual será necessariamente superior ao atual, visto a defasagem salarial acumulada desde janeiro de 1995 e a falta de verbas para as despesas mínimas, como a energia elétrica, água, manutenção de equipamentos, etc. Saliente-se que a captação de recursos de fontes privadas não ultrapassa 5% na USP e não chega a 10% nas universidades norte-americanas.

5. *Regime de Trabalho* - o regime de trabalho deverá ser único para todo o sistema das IFES, envolvendo um plano de cargos e salários para os docentes e para os técnico-administrativos, capaz de propiciar carreiras baseadas no mérito acadêmico, científico e administrativo. Em particular, por uma questão de justiça, a situação dos aposentados deverá ser mantida com verbas do MEC e as dívidas

trabalhistas com a União, atuais e futuras, também deverão ser arcadas pelo MEC. Neste mesmo plano, a Previdência Social para o atual quadro precisa ser preservada pelo MEC, cabendo às futuras Universidades Autônomas discutir formas para seus futuros docentes e técnico-administrativos.

6. *Escolha de Dirigentes* - ao serem Universidades Autônomas, o processo de escolha de seus dirigentes deverá se pautar por procedimentos internos ao Sistema das IFES capazes de garantir politicamente esta autonomia.

7. *Gestão Pública Inovadora* - a gestão das Universidades Autônomas deverá ser capaz de unir a eficiência e transparência com a responsabilidade social do serviço público, adaptando metodologias contemporâneas de gestão democráticas, tais como o planejamento estratégico, normativo e situacional, a informatização, a avaliação institucional, a autonomia das Procuradorias e a participação social de segmentos internos, da Sociedade Civil e do Estado.

8. *Financiamento da Pesquisa* - o financiamento da pesquisa para uma Universidade Autônoma por parte de agências de fomento exige a plena transparência desses repasses e a aprovação pelas instâncias competentes da Instituição, assegurando-se um atendimento a todos os grupos de pesquisa qualificados, sejam consolidados, em consolidação ou emergentes.

9. *Extensão* - as atividades de prestação de serviços precisam ser estimuladas e chamadas a contribuir ao fortalecimento da Universidade Autônoma, com plena transparência e adequada tributação institucional, de modo que as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão possam vir a se beneficiar desta utilização de recursos humanos e materiais da instituição.

A discussão por todos desta agenda da Autonomia Universitária possibilitará construir uma posição que garanta melhores condições para expandir nossa capacidade de pesquisar e de produzir conhecimento, de formar professores e profissionais e de estabelecer uma interação dinâmica com a Sociedade. Temos que defender a Universidade Pública para chegar a construir a Universidade Pública Autônoma.

*Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Ufrgs

O que é isso, companheiro?

Uma versão "refinada" e "cosmopolita"

Céli Regina Jardim Pinto
Professora do Depto de Ciência
Política - IFCH/Ufrgs

O filme "O que é isso Companheiro?" de Bruno Barreto, tem provocado inúmeras e acaloradas críticas. Duas têm sido as mais frequentes: que o filme não foi fiel aos fatos e que constrói uma imagem negativa dos seqüestradores em favor da imagem positiva dos agentes da repressão policial. Defendendo-se das críticas, o diretor do filme e, com estranha veemência, um dos autores do seqüestro relatado no filme, o deputado Fernando Gabeira, afirma que se trata de uma obra de ficção e que, por isso, não tem nenhuma responsabilidade com os eventos ocorridos.

Não sou especialista em teoria literária, portanto, correndo riscos, gostaria de defender a posição de que a discussão em torno da natureza ficcional ou não do filme é absolutamente equivocada e não tem a menor relevância.

Se existe um evento histórico do conhecimento público e um escritor ou um cineasta decide relatá-lo em uma obra, a obra pode ser de ficção, o evento não. Imagine, por exemplo, um filme ambientado na França da última década do século XVIII, onde aparecesse em 1799 uma audiência com Luís XVI. Isto não é ficção, é um erro histórico, já que o referido rei foi executado em 1791. Imaginemos outro roteiro, onde o rei seja guilhotinado na data certa, mas a revolução francesa seja mostrada como altamente prejudicial ao país. Novamente não se trata de uma ficção, mas de uma tomada de posição em relação a um fato histórico, por

parte de quem escreve ou dirige o filme.

Portanto, a questão sobre ser ficção ou não, perde o sentido. Tudo pode ser ficção em um filme, mas se ele é datado, e localizado historicamente, se cita eventos da época, o diretor é responsável pela forma como narra estes eventos. Decorre daí que a discussão sobre "O que é isso Companheiro?" necessita ser recolocada: um evento histórico tem sua existência e sua materialidade própria, mas toda a vez que é lido, que é dito, que é enunciado, agrega o olhar daquele que o faz. Em si, ele mesmo não se expressa, ele somente existe. Os olhares trazem consigo perspectivas teóricas diversas, ideologias, interesses, experiências pessoais e até a marca do distanciamento no tempo. É no encontro, muitas vezes contraditório destes olhares que a discussão sobre o filme deve ser colocada. A questão não é saber se trata de uma obra de ficção ou não, mas sim de que se está relatando um evento histórico de um ponto de vista específico, que incorpora no olhar ideologias, distanciamento no tempo e até interesses da indústria cinematográfica.

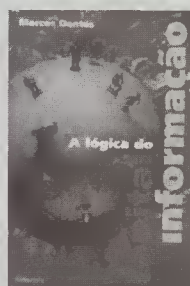
"O que é isso Companheiro?" relata um episódio da luta armada no Brasil no período mais violento da ditadura militar, onde os canais de expressão política haviam sido calados, através da censura e da tortura e prisão dos oponentes do regime. O relato do seqüestro em si é feito de forma bastante correta, questiúnculas que têm tomado espaço na crítica, não me parecem que mudam significativamente a história, portanto o rei foi guilhotinado na hora certa.

Porém há no filme uma escolha clara, pasteuriza a violenta história brasileira do período. Divide a

violência em duas parcelas e distribui um pouco para os seqüestradores, outro pouco para a repressão. Não faz ficção, mas escolhe uma forma de contar a história, onde a história da resistência à ditadura desaparece, ficando apenas a história de um grupo de radicais juvenis, que comportando-se de forma amadora, resolvem, de uma hora para outra, seqüestrar o Embaixador no Brasil da nação mais poderosa do mundo, e pasmem, são bem-sucedidos.. O olhar também é presente quando retrata a repressão. É evidente que eram tantas as formas de repressão no período que seria enfadonho e principalmente anticomercial inumerá-las em um filme, mas é de novo uma escolha: trazê-la através de um policial com problemas de consciência. Certamente deviam haver alguns sim, mas isto não tem a menor importância. O importante é que muitas pessoas morreram torturadas e muitas outras sofrem hoje as consequências da tortura.

O que é mais grave em tudo isto é que o filme não está sendo original, nem inaugurando um novo olhar sobre o Brasil, ele é apenas parte de uma forma de enunciar eventos de grande presença neste fim de século no país. É a chamada forma "refinada" e "cosmopolita" de contar a história e de viver o Brasil. É a modernidade chegando ao cinema nacional. Só os toscos e provincianos poderiam estar preocupados em contar uma história menos charmosa, menos vendável. Somente eles poderiam ser antigos ao ponto de pensar que ainda vale a pena trazer para o cinema, para a literatura, para os livros, a história de um povo sofrido. Os toscos e os provincianos não desejam, evidentemente, o Oscar.

ORELHA



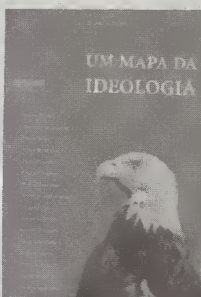
A lógica do capital-informação

Marcos Dantas

Ed. Contraponto - 160pp.

Preço com desconto:

R\$ 14,00.



Um mapa da Ideologia

Org. Slavoj Zizek.

Textos de Adorno, Jameson, Lacan, Rorty, Bourdieu, Althusser e outros.

Ed. Contraponto - 338 pp.

Preço com desconto:

R\$ 24,00.

Imagens Urbanas

Célia Ferraz de Souza e Sandra Jatahy Pesavento

As autoras apresentam um conjunto de trabalhos sobre o mundo urbano, resultado do "Encontro sobre imagens da cidade", promovido pela Faculdade de Arquitetura da Ufrgs. Tratando de múltiplos assuntos, o livro debruça-se sobre um dos temas mais estudados das ciências humanas: a cidade.

Ed. da Universidade - 296pp

Preço: R\$ 25,00



Lançamentos da Ed. Contraponto

Na casa de meu pai

Kwame Anthony Appiah

Um livro demolidor de mitos sobre o continente africano, escrito por um filósofo nascido em Gana, hoje professor em Harvard e em Nova York. Tem como subtítulo "A África na filosofia da cultura"

A sociedade do espetáculo

Guy Debord

A sociedade contemporânea analisada como uma imensa superposição de espetáculos. Livro decisivo para o movimento de 1968, acompanhado nessa edição de dois textos posteriores, em que Debord reanalisa sua obra.

HEMEROTECA

London Review of Books

Volume 19 — número 9 — 8 de maio de 1997

Among Flayed Hills - David Craig

Last Stand - Stephen Smith

The Common Law and the Constitution - Stephen Sedley

Convenient Death of a Hero - Arnold Rattenbury

Gassing and Bungling - Glen Newey

Selflessness - Jonathan Rée

Top of the Class - Geoffrey Hawthorn

Yakety-Yak - Frank Cioffi

A Simple Fellow Given to Blowing at Feathers,

Exploited by His Grasping Brothers - Roy Porter

Get out of your System - Jenny Diski

Shee Spy - Michael Dobson

A Year upon the Sofa - Dinah Birch

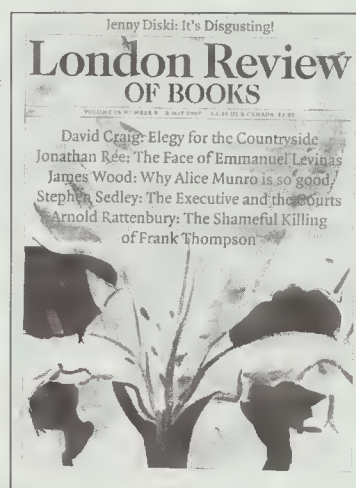
Things happen all the time - James Wood

Swiftly Encircling Gloom - Tim Radford

Jornais diários recebidos pela Adufrgs:

Folha de São Paulo, Zero Hora, Jornal do Comércio e Correio do Povo.

Professor, todas as publicações assinadas pela Adufrgs estão à disposição para leitura na sede da associação.



Quando o trabalho não enobrece

Divisão internacional do trabalho, neoliberalismo, marxismo, fim da história, solidariedade. Para muitos, são palavras freqüentemente associadas ao que é ultrapassado, ao que cheira a mofo. Para Edmundo Fernandes Dias, professor da Unicamp, esses conceitos estão atualíssimos numa sociedade que valoriza cada vez mais o individualismo e as relações mercantis. Como bom sociólogo, ele atira à direita, mas não poupa a esquerda. Reproduzimos abaixo os principais momentos das duas horas em que Edmundo conversou com o Adverso.

Silvanio Mariani



Emílio Pedrosa/ZH

Em ilhas de produção, quebram-se os laços de solidariedade

Adverso - Por que um professor universitário, de envergadura intelectual reconhecida, chega à Presidência da República aliando-se aos setores que ele, em sua produção literária, considerava como representantes do que há de mais retrógrado no Brasil?

Edmundo Fernandes Dias - Minha análise é de que FH não era propriamente um intelectual de esquerda, mas alguém, digamos, um tanto liberal. O que o levou a fazer tudo que fez? Um sonho antigo de ser presidente, já que ele conseguiu tudo o que queria em sua vida acadêmica. Mas acho que há essa flutuação na medida em que a esquerda decresceu, ele se liberou para ter uma visão mais liberal mesmo. E muito do que ele está fazendo se deve ao fato de que não temos, em nível de parlamento, uma esquerda consequente. O movimento sindical não conseguiu afirmar uma perspectiva claramente de esquerda, falta uma estrutura que permita que os projetos e as pessoas sejam efetivamente conhecidos. E o Fernando soube aproveitar uma oportunidade, só que está fazendo o serviço sujo que confere legitimidade pseudo-social-democrática ao que é de mais reacionário em nossa sociedade. O que governa realmente o Brasil é o PFL. Tanto é assim, que ele está sempre viajando. Ele tem um atrativo para a direita, aquele atrativo da moça bonita que a gente quer conquistar. É um homem da academia, de esquerda, com charme intelectual. Agora, seu programa é velho como o mundo. Se você examinar o programa do Banco Mundial e comparar com o programa de FHC vai ver que tudo que está em um, está em outro.

Adverso - Não é sintomático que professores universitários tenham votado massivamente em Fernando Henrique?

Edmundo - É preciso dizer, que, antes de tudo, os professores votaram anti-Lula. Ainda que o programa de Lula fosse um programa recuado, se compara com o de 1989. E também existe a idéia de que um intelectual na presidência faria avançar um ideal de universidade com ciência e tecnologia e tudo mais. Ainda existe um peso muito forte de FHC na Universidade, como "um dos nossos que chegou lá", uma espécie de corporativismo intelectual. Na USP e na Unicamp existe uma disputa pela hegemonia intelectual regional. Disputam o título de prima-dona da ciência, e aí esse peso é muito forte. E temos que entender que o professor universitário vive uma situação muito curiosa, porque ele possui um conhecimento muito profundo, especializado em uma determinada área, mas

isso não significa que esse conhecimento lhe possibilite uma cultura geral capaz de compreender o mundo. Eu acho que o governo FHC vai desiludir coletivamente mais e mais com a contradição de que é um intelectual que implementa um projeto de destruição das universidades. Se você sai de algumas universidades como USP, Unicamp e vai para outras universidades, a situação é muito dramática, porque não há dinheiro para fazer pesquisa. É mais trágica essa situação porque a comunidade universitária atravessa uma situação de crescente conservadorismo.

Adverso - Existe certa dificuldade por parte dos teóricos em conceituar o quadro político internacional. Afinal, o que temos é neoliberalismo ou neoconservadorismo?

Edmundo - Na realidade, são a mesma coisa. Agora, quando se fala em neoliberalismo e neoconservadorismo, esquece-se que se está falando no velho capitalismo sob um novo rótulo. Claro que aconteceram transformações, principalmente tecnológicas. Essa é uma questão importante, porque as pessoas pensam que a tecnologia é boa por si mesma, só depende de quem manda. Isso não é verdade, a tecnologia não é isenta, não é neutra. A ciência não é neutra. A própria experiência do Lenin na construção do socialismo na União Soviética mostrou isso. A implementação do fordismo e do taylorismo na União Soviética não deu em socialismo. E não poderia dar porque são formas de obtenção da disciplina do trabalhador para o capitalismo. Então, é um neoconservadorismo sim, e até poderia dizer, um reacionarismo total. A lei do mercado máximo e dos direitos mínimos, que significa a barbárie.

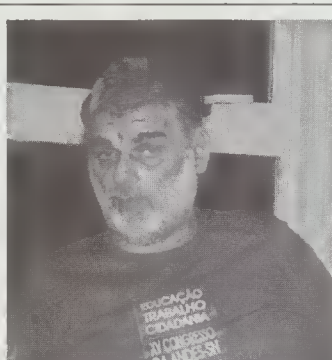
Adverso - Mas não há como negar que as novas tecnologias possibilitam criar melhores condições de vida...

Edmundo - Sem dúvida, mas veja que a tecnologia vem produzindo a desterritorialização das fábricas. O computador antigamente era IBM, hoje não tem marca. Todo o processo de construção do computador, todo o processo de controle do sistema produtivo que os trabalhadores foram longamente aprendendo, de repente se dissolvem. E o trabalhador perde seus laços

de solidariedade com o companheiro e são reforçados os laços de antagonismo. As chamadas ilhas de produção são um exemplo. Antigamente, todo capitalista tinha um chefe operário que exercia um poder despótico sobre os outros. Numa ilha de produção, onde se tem uma determinada tarefa, se um trabalhador falta, ele não vai ser cobrado pelo chefe, mas pelo colega de trabalho, porque sacaneou o grupo, diminuiu a possibilidade de um pequeno incremento no salário. E, o mais importante, isso alimenta o fantasma de que se não forem eficientes, poderão perder o emprego. E de quem é a culpa? Daquele trabalhador que faltou, que foi indolente. Isso é extremamente importante porque não representa apenas o lucro imediato, mas, sim, a própria sociabilidade dos trabalhadores na ótica do capital. Ou seja, o teu coração é de um trabalhador, mas a tua cabeça já é capitalista. A desterritorialização do trabalho faz também com que os coletivos de trabalhadores desapareçam. A idéia do carro mundial contempla isso. Então, pensa-se que o teu trabalho é absolutamente autônomo, quando na realidade é absolutamente dependente.

Adverso - Haveria uma intencionalidade internacional para dividir os trabalhadores?

Edmundo - Creio que sim. Você descobriu não apenas física, mas também ideologicamente a classe trabalhadora. Não temos mais o trabalho como elemento de valorização das regras de solidariedade, e é fundamental para a dominação capitalista muito mais essa dominação ideológica do que a dominação propriamente econômica. Porque se você pensa dentro da maneira de pensar que o catecismo tradicionalmente elaborou, você até pode pensar que é de esquerda, mas você pensa na forma pelo qual o outro trabalha, o ritmo do teu trabalho mental, a forma de conexão desses conceitos, a forma de ligação das situações não é mais a da solidariedade dos trabalhadores, é agora a da qualidade total. E a qualidade total não é nada mais do que o apagamento do erro do trabalhador para o benefício máximo do capital. E aí pode-se até conceder alguns benefícios como participações em ações das empresas, etc. Assim vai se desmontando em cada trabalhador a capacidade de resistência



Edmundo:

"A esquerda está órfã"

ao capital. O trabalho sempre foi na literatura socialista, uma forma de emancipação. Na literatura capitalista e mesmo católica, ele sempre foi uma forma de punição "ganharás o pão com o suor de teu rosto". Agora ele passa a ganhar o pão com o suor do seu rosto e acha que está se emancipando, quando na verdade isso o escraviza mais.

Adverso - Em resumo, se o socialismo não morreu, a História não acabou?

Edmundo - Não, a história não acabou e o socialismo está aí mostrando sua vitalidade. Na verdade há uma grande confusão ideológica no mundo. A experiência que se conheceu como o socialismo real foi muito traumática e muitos companheiros que viam o socialismo russo como o verdadeiro, de repente se encontram meio desarmados. A história de que o mercado seria um elemento regulador e traria a felicidade para a humanidade está demonstrando que aumentou a barbárie. A história continua, e continua como sendo uma história de grande conflito entre os apropriadores da riqueza social e os produtores desta riqueza. Isso envolve não apenas o operário fabril, mas também o professor universitário, o colono da pequena produção rural enfim, uma série de sujeitos que estão sendo vitais neste momento. Eu acho que essa confusão ideológica tende a passar com o tempo, na medida em que deixarmos de acreditar em ilusões de que o mercado atenderá a todos.

Adverso - Até porque, um quinto da humanidade vive em regime comunista...

Edmundo - Eu faria uma ponderação inicial porque não acredito que o regime Chinês seja comunista. Formalmente, o aparelho do Estado ainda é comandado pelo velho partido comunista, mas vemos com uma velocidade espantosa o avanço das transações capitalistas em todo o território chinês. Inclusive com a brutalidade que foi típica do período de acumulação primitiva do capitalismo. A miséria está se estendendo muito rapidamente por todo o território chinês. Os chineses realizam modificações no plano econômico, mas nada alteram no plano político, o que garante uma certa estabilidade e imprime a essa nova configuração do capitalismo na China uma força muito maior do que se pode fazer nos países do Leste, onde houve uma fragmentação com a destruição da União Soviética. Evidentemente que não morreu o socialismo, porque não é uma coisa que se materializa apenas em um regime político. Ele se materializa na vontade e na prática de milhões e milhões de pessoas que acreditam numa sociedade onde não prevaleçam relações mercantis, onde as relações se comprem e se vendem como pão e sabonete. Na realidade, nós estamos sentido as dores do parto do socialismo. Vemos a morte de regimes que falavam em nome de Marx, mas que praticavam o capitalismo.

Adverso - De qualquer forma, a esquerda não parece estar sem um referencial?

Edmundo - Sim, e quanto mais dogmáticos foram alguns setores da esquerda, mais órfãos estão hoje. Mas não temos o que chorar, porque já fazíamos essa crítica anteriormente. Há uma diferença entre estatizar e socializar as forças produtivas.